

Política

CONSTITUINTE

NO FINAL, MAMATAS E MAIS MAMATAS.

A anistia aos micro e pequenos empresários em razão do Plano Cruzado e o maior trem da alegria para o funcionalismo também estão na futura Carta.

Os micro e pequenos empresários urbanos que contrataram empréstimos entre 28 de fevereiro de 86 e a mesma data em 87, e os mini, pequenos e médios produtores rurais, entre 28 de fevereiro de 86 e 31 de dezembro de 87, não pagarão correção monetária sobre seus débitos. A decisão foi adotada, ontem, pela Constituinte, que, por 106 votos favoráveis, contra 325 e 12 abstenções, rejeitou cinco emendas suprimindo a anistia aprovada em primeiro turno. Em seguida foram retiradas 22 emendas modificando o mesmo dispositivo, que o artigo 53 das disposições transitórias, mantendo-se assim o texto sobre o assunto elaborado no primeiro turno.

De acordo com o texto aprovado, na liquidação dos débitos, inclusive suas negociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido nos prazos fixados pelo dispositivo.

Para efeito da anistia, o dispositivo considera microempresário as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas até dez mil OTNs, e pequenas empresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receita anual de até vinte e cinco mil OTNs. Esse dispositivo provocou dúvidas sobre se o valor da OTN seria o da época do empréstimo, ou da concessão da anistia. O relator Bernardo Cabral manifestou-se pela definição da questão através do plenário, mas o presidente Ulysses Guimarães não concordou, nem quis decidir a questão de ordem, afirmando que a Mesa não é tribunal de Justiça". O deputado César Maia (PDT-RJ) ocupou o microfone e retrucou que as cinco mil OTNs devem ser assim consideradas em qualquer momento.

Sempre conforme o texto aprovado, a classificação de mini, pequeno e médio produtor rural será feita obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes na época do contrato. Mas a anistia só será concedida se a liquidação do débito inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, vier a ser efetivada no prazo de até 90 dias a partir da data da promulgação da Carta e se a aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento. O ônus da prova caberá à instituição credora, que deverá demonstrar que o mutuário não dispõe de meios de pagamento de seu débito, excluídos desta demonstração o estabelecimento, a casa de moradia e os instrumentos



O deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) lançando aviãozinho de papel no plenário.

de trabalho e de produção do devedor. A anistia também só será concedida se o financiamento inicial não ultrapassar o limite de cinco mil OTNs, ou se o beneficiário não for proprietário de mais de cinco módulos rurais.

Finalmente, ficou também decidido que os benefícios da anistia não se estendem aos débitos já quitados e aos débitos que sejam constituintes. No caso de operações com prazos de vencimentos posteriores ao limite da liquidação da dívida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeiras promoverão al-

terações nas condições contratuais de forma a ajustá-las à anistia. A concessão do benefício por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o poder público, ainda que através de refinanciamento e repasse de recursos pelo Banco Central do Brasil. Na prática, esse dispositivo, que causou briga entre o PDT e os autores das emendas, no primeiro turno, permitirá que o tesouro arque com eventuais prejuízos dos bancos oficiais. O PDT se sentiu traído pela redação das emendas, cuja alteração só descobriu depois da votação.

— ENTENDA — Quem vai pagar esse imenso rombo

A anistia, além do prejuízo que representa para o Tesouro e para os bancos, implica desordem no sistema financeiro. O índice de inadimplência entre os devedores de bancos, elevado com a aprovação da medida no primeiro turno, poderá acentuar-se mais agora. E os bancos já aguardam uma corrida à Justiça por parte dos devedores que involuntariamente excluíram-se da anistia ao saldar os compromissos contraídos durante o Plano Cruzado.

De parte dos bancos, espera-se uma significativa redução no volume de recursos que seriam injetados na economia nos próximos meses, maiores dificuldades para os pequenos tomadores de empréstimos e a eventual edição de extensas listas negras de clientes que poderão ter seu acesso aos bancos vedado. Contra esta possibilidade já se manifestou o Banco Central: os créditos devem ser vedados apenas a tomadores que não tenham honrado seus compromissos, o que não se aplica aos anistiados, que foram liberados destes compromissos.

Durante encontro promovido em São Paulo pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), na segunda quinzena de agosto, o superintendente regional do Banco do Brasil no Estado, Plínio Duarte Costa, anunciou que a partir da aprovação da anistia no primeiro turno da Constituinte o índice de inadimplência entre devedores cresceu de 5% para 12%. O presidente da ABDE, e do Banco de Desenvolvimento de São Paulo, José Tiacci Kirsten, estimaram na ocasião que a economia brasileira deixaria de receber US\$ 250 milhões em projetos de investimentos em função da anistia.

Os prejuízos da anistia já foram estimados em mais de C\$ 1 trilhão no Ministério da Fazenda e em C\$ 600 bilhões pelo líder do governo Carlos Sant'Anna. No setor público (Banco do Brasil e os bancos estaduais) o prejuízo foi estimado em C\$ 84 bilhões pelo Banco Central. O Banco do Brasil, apoiado pelo governo, levantou o número de C\$ 377 bilhões, sendo C\$ 104 bilhões em suas próprias contas. A ABDE estimou em até C\$ 50 bilhões os créditos de seus trinta bancos associados enquadrados na anistia.

Ulysses sem reeleição

O deputado Ulysses Guimarães não poderá ser reeleito para a presidência da Câmara. A Constituinte já havia deliberado, na parte permanente da Carta e em segundo turno, que os membros da Mesa da Câmara não poderiam ser reconduzidos, mas, ontem, inesperadamente, o líder do PFL, José Lourenço, solicitou do microfone de apertes a votação da emenda do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), suprimindo a proibição. Depois da surpresa inicial e do encaminhamento da votação da proposta, o presidente Ulysses Guimarães solicitou sua retirada, sendo aplaudido de pé pelo plenário da Constituinte.

O requerimento apresentado pelo deputado José Lourenço foi suscitado por oito líderes partidários, mas o deputado Ulysses Guimarães declarou-se surpreendido com sua leitura, afirmando jamais ter estimulado, ou aliciado em favor da sua reeleição. Em seguida, retirou-se da presidência dos trabalhos, passando o cargo ao senador Mauro Benvides, vice-presidente.

O líder do PMDB, Nelson Jobim, foi chamado às pressas ao gabinete de Ulysses, enquanto o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, garantiu que a totalidade da bancada do seu partido votaria a favor da proposta, embora considerasse imprudente em função dos desgastes que sua aprovação poderia provocar. A derrota da emenda seria igualmente prejudicial. Reeleito presidente da Câmara, Ulysses não poderia substituir o presidente Sarney em seus impedimentos nos meses anteriores a disputa pela chefia do Executivo, sendo obrigado a se ausentar do País, para não ficar inelegível.

Servidores públicos, com cinco anos de serviço, agora são estáveis.

A Constituinte manteve, ontem, a estabilidade para o servidor civil (admitido sem concurso) com mais de cinco anos no serviço, mas também o dispositivo que torna sem efeito jurídico qualquer ato lavrado depois da sua instalação visando a conceder estabilidade a servidor, em todo País.

A aprovação da estabilidade, em caráter definitivo, foi combatida principalmente por José Costa (PSDB-AL) e Robson Marinho (PSDB-SP). "É um verdadeiro trem da alegria" que vai beneficiar quatro ou cinco mil servidores, muitos deles parentes de constituintes" — afirmou José Costa.

Ricardo Fiúza (PFL-PE) defendeu a emenda que havia sido acertada pelas lideranças. "Não subiria à tribuna — disse — para defender o que vulgarmente se chama de 'trem de alegria'. Isso não é do meu feitio." Para ele, tratava-se de "ato de justiça".

"O deputado Ricardo Fiúza votou a favor da estabilidade para os trabalhadores em geral?" — perguntou Robson Marinho. E acrescentou: "Por que então quer dar estabilidade no serviço público? Meu nome está nessa reunião de emendas, mas eu não a assinei nem permito que meu nome conste dessa vergonha".

As lideranças não só mantiveram a estabilidade para os servidores que, à data da promulgação da Constituição, tenham cinco anos de exercício continuado, como a

estenderam aos das fundações, que no texto do projeto estavam expressamente excluídos. Mas excluíram os professores de nível superior. E ficou mantida a não aplicação aos ocupantes de cargos de confiança.

Todas as lideranças votaram a favor da emenda, em geral lembrando que em todas as fases da Constituinte defenderam a estabilidade para o servidor (algumas, também para os trabalhadores do setor privado). A emenda foi aprovada por 408 votos contra 26 e oito abstenções.

Por acordo de lideranças, foi também confirmado o dispositivo que assegura ao médico militar a acumulação de outro cargo privativo de médico, bem como o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta. A emenda foi aprovada por 397 votos contra três e cinco abstenções. Outra emenda, aprovada por 397 votos contra 14 e seis abstenções, retirou a expressão "legalmente" que condicionava o segundo caso.

— ENTENDA — O maior trem da alegria da nossa história

O "trem da alegria" aprovado pela Constituinte é o maior da história da República. Segundo dados do Ministério da Administração, nada menos que 95 mil funcionários públicos, a maioria contratada entre 1981 e 1983 sem concurso e para atender favores políticos, serão os passageiros desse trem. Eles ganharão a estabilidade, sem terem feito nenhum concurso, para ocupar postos na administração direta.

Esse número não engloba os beneficiados das fundações e autarquias, o que

indica ser o trem da Constituinte um pouco mais longo, com alguns carros de passageiros a mais. A sociedade já vinha pagando o custo dessas contratações mas tinha a esperança de que, diante da difícil situação das contas da União, o governo criasse coragem e cortasse as gorduras. Com a estabilidade, porém, eles não poderão ser demitidos e, se quiserem, ficarão ocupando os postos até a aposentadoria que, no setor público, também constitucionalmente lhes garante o salário integral.

A esquerda, festiva, dança na despedida.

A voz solene do deputado Ulysses Guimarães anunciou a uma hora da madrugada de quinta-feira: "Vamos votar. Vamos votar. Sim, não, abstenção". Havia quórum, mas os 300 parlamentares, assessores e jornalistas prejudicaram a votação com uma ruidosa vaia e logo retomaram a normalidade de valsas, rocks e lambadas. O cenário, é bem verdade, permitia: em vez do plenário, uma mansão com vista para o Lago Paranoá, onde todos se divertiam na festa "Bye Bye Constituinte", organizada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, e aberta apenas às esquerdas, no máximo ao centro.

Ulysses não compareceu — tratava-se de uma gravação da frase que ele vem repetindo milhares de vezes nos últimos 18 meses —, mas o presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou presença ao lado da anfitriã, jornalista Leda Flora. Havia ainda dois candidatos à sucessão de Ulysses na presidência da Câmara, os deputados Paes de Andrade (CE) e Bernardo Cabral (AM), ambos do PMDB, e vários candidatos às prefeituras em novembro. Se a eleição fosse durante a festa, certamente o gaúcho Olívio Dutra, postulante em Porto Alegre pelo PT, ganharia pelo menos um prêmio: o de melhor "pé de valsa". Dançou a noite inteira sem parar.

A animação era muita, mas a bebida nem tanto. O uísque Ballantine's começou solto à meia-noite, quando os constituintes começaram a chegar do plenário real (a votação acabara uma hora antes), mas não resistiu às duas da manhã. Muitos reclamaram porque haviam pago três mil cruzados por cabeça, mas o deputado Ronaldo Cezar Coelho, um banqueiro do PSDB do Rio, era o mais desconsolado. Afinal, ele não está acostumado a engolir o Netu Nobilis que chegou às pressas no meio da festa. Cambaleante, o suor escorrendo pela testa de tanto dançar, o organizador Brandão acusou a presença de "90 penetras", e lavou as mãos: "Eu não sou dono de boteco para providenciar uísque a essa hora".

Bernardo Cabral saiu tão rápido quanto entrou. Assim, abriu o flanco para seu concorrente Paes de Andrade entrar em campanha. Paes sentou-se com o deputado comunista Roberto Freire (PE), abraçou a



Dutra e Azeiz: rodando a "balana".



A festa, até o raiar do dia, apesar da falta do escocês.



Tutu Quadros e Caó: ao som de Sinatra.

deputada Tutu Quadros (PSDB-SP), cochichou com Humberto Lucena e declarou para o deputado, sem partido, Domingos Leonelli (BA): "O Ulysses é candidato a presidente e a membro da Academia de Letras. Eu sou só candidato à Câmara e, por isso, levo vantagem". Era o único cidadão da festa que usava gravata.

Os garçons foram poucos e cada convidado se virou como pôde. O caçula da Constituinte, Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), entrou na cozinha e arriscou: "O Parafba". Um garçon não só respondeu com um sorriso, mas também com um bom copo de uísque. Cássio, cuja mulher, Sílvia, teve o terceiro filho na semana passada, e está descansando em João Pessoa, dançou a valer. E explicou: "Depois dessa canseira da Constituinte, vem a campanha eleitoral. Uma acaba amanhã (ontem) e outra começa sábado". Ele é candidato a prefeito de Campina Grande, segunda maior cidade do Estado.

O chefe de gabinete do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), o jovem Eugênio Costa e Silva, foi bem mais objetivo na sua bem-sucedida tentativa de conseguir uísque bom: meteu uma nota de mil cruzados no bolso do garçon e salvou a pele. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) também bebeu, mas sua dificuldade era ainda mais incrível: ele não conseguia água, que toma seguidamente. Às 4 da madrugada, depois

de muito dançar, enveredou-se pela cozinha, mas deu um novo azar. Um jornalista, já bêbado, perguntou-lhe sobre a "Parafba". "Bem, há muito não vou a João Pessoa...", respondeu o elegante Severo. "Não, senador. Eu quero saber da sua fábrica de cobertores, a "Parayba", devolveu-lhe o jornalista. Severo saiu de fininho.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) estava elegantíssima numa roupa bem estampada, tipo africana, mas o publicitário Ruy Nogueira não resistiu ao ver uma outra deputada, Moema São Thiago (PSDB-CE), numa espanhola estilizada, com grampo na cabeça e tudo: "Ué! Eu não sabia que era uma festa carnavalesca, senão tinha vindo de pirata".

Saída

No meio da confusão, dois tipos exóticos: o arquiteto Zanine, com rabo de cavalo grisalho, e o cabeleireiro Stephany, com tranças até o meio das costas. E não faltaram os lobbies, não exatamente políticos como os da Constituinte: o fotógrafo Milton Guran, do Rio, anunciava o lançamento de um livro editado pela sua empresa, Agil, para 15 dias depois da promulgação da Constituição. Tal livro, com selo da Kodak, terá 120 fotos, vários artigos e capa de couro, com a pretensão de contar o processo constituinte. Um assessor de Tutu Quadros também anunciava que o livro dela, "Desa-

bafo", já está no prelo e será lançado este mês.

Tutu, aliás, aproveitou a festa para vários desabafo. Enquanto ela se divertia com a esquerda em Brasília, sua filha Ana Cláudia casava-se sob as bênçãos da direita em São Paulo, inclusive do avô e prefeito Jânio Quadros. Tutu criticou o casamento, o próprio pai, a escolha de José Serra como candidato do seu partido à prefeitura de São Paulo, a Constituinte e até mesmo o Brasil. "Ainda estou sob um choque cultural. Este país não é civilizado", lamentava-se ao ouvido do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), enquanto ambos rodopiavam pelo salão ao som de "New York, New York". Tutu, vale lembrar, é acusada de ser cidadã americana, naturalizada.

Com o raiar do dia, os remanescentes fizeram um "cordão da saída". Entre eles, estava o deputado e ex-ministro Fernando Lyra, coordenador político da campanha de Leonel Brizola à Presidência da República. Ao lado da mulher, Márcia, Lyra lembrou que a festa parecia muito com as realizadas em Brasília na sucessão do general Figueiredo. "A vitória de Tancredo começou em festa como esta", comprou. Naquelas, contudo, Tancredo era sempre a estrela. Nesta, Brizola mal foi lembrado.

Eliane Cantanhede e Arlosto Teixeira, de Brasília.